



cgée

Rede de Inovação da Biodiversidade da Amazônia

Resumo Executivo

Rede de Inovação da Biodiversidade da Amazônia

Resumo Executivo



Brasília, DF
Dezembro, 2006

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

Presidenta

Lucia Carvalho Pinto de Melo

Diretor Executivo

Marcio de Miranda Santos

Diretores

Antonio Carlos Filgueira Galvão

Fernando Cosme Rizzo Assunção

Rede de Inovação da Biodiversidade da Amazônia. Resumo Executivo : 2006.
Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2006.
17 p : il.

1. Amazônia - Brasil. 2. Biodiversidade – Brasil. 3. Rede Inovação - Brasil. I. Centro de
Gestão e Estudos Estratégicos. II. Título.

*Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
SCN Qd 2, Bl. A, Ed. Corporate Financial Center sala 1102
70712-900, Brasília, DF
Telefone: (61) 3424.9600
<http://www.cgее.org.br>*

Esta publicação é parte integrante das atividades desenvolvidas no âmbito do Contrato de Gestão CGEE/MCT/2006.

Todos os direitos reservados pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Os textos contidos nesta publicação poderão ser reproduzidos, armazenados ou transmitidos, desde que citada à fonte.

Rede de Inovação da Biodiversidade da Amazônia

Resumo Executivo

Supervisão

Antonio Carlos Filgueira Galvão

Consultora

Betha Koiffmann Becker

Colaboradores

Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica - Fucapi

Equipe técnica do CGEE

Carmem Silvia Corrêa Bueno

Paulo César G. Egler

Resumo Executivo

Este estudo foi uma demanda do Núcleo de assuntos Estratégicos da Presidência da República – NAE/PR, ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, o qual visa subsidiar a organização e implantação da Rede de Inovação da Biodiversidade da Amazônia, como instrumento de integração das pesquisas e da produção de bens de serviços que tenham possibilidade de ampliar o conhecimento e o uso da biodiversidade da Região, enquanto recursos capazes de promover o seu desenvolvimento (regional), bem como garantir o exercício da soberania brasileira sobre a Amazônia.

Somente mediante o conhecimento científico e tecnológico deste patrimônio natural e de grande valor estratégico, a biodiversidade, será possível vencer o desafio da utilização econômica dos ecossistemas florestais, sem destruir a natureza e com possibilidade de gerar riquezas e promover a inclusão social, em especial, abrangendo as comunidades que habitam as extensas florestas da Região.

Trata-se de desenvolver e utilizar um novo modo de produzir baseado em CT&I, orientado para o futuro, mediante ampla aliança entre as universidades/centros de Pesquisa e as empresas, bem definidas suas missões: as primeiras como geradores de conhecimento, de reflexão e formadores de competências, e as segundas como *locus* da inovação.

1 - Objetivos

A consecução deste grande objetivo depende, preliminarmente, do conhecimento e da compreensão do valor estratégico da biodiversidade no mundo globalizado e, também, da identificação das oportunidades para a sua utilização sustentável.

O valor estratégico da biodiversidade amazônica está estreitamente vinculado à revolução científico-tecnológica na microeletrônica e na comunicação responsável pelas grandes transformações nas relações de poder e na reestruturação econômica e política do sistema mundial, implicando duas lógicas distintas: a lógica da preservação da vida e a lógica da geração de riqueza. As duas estão presentes e buscam impor suas orientações sobre os rumos do desenvolvimento da Amazônia, justamente por sua extraordinária dimensão ambiental. A primeira, a

preservacionista, foi dominante na década de 1990, defendendo uma política passiva ou não intervencionista na floresta, mediante a criação de reservas. É responsável, de certo modo, por manter o território florestal da Amazônia (40 % do território brasileiro), pouco utilizado e pouco conhecido, enquanto cresciam as ações de ingerência externa, do narcotráfico, da biopirataria e da expansão da soja e da pecuária, destruindo o potencial florestal sob fortes conflitos sociais.

O enfoque da valorização econômica da natureza vem ganhando maior presença a partir da virada do milênio, impulsionado pelo processo de organização de mercados de bens naturais transformados em mercadorias fictícias. Na realidade, geram mercados reais, que estão sendo objeto de regulação pelos grandes fóruns globais. É o caso do mercado do ar (Protocolo de Quioto) e das tentativas da Convenção sobre Diversidade Biológica, que procuram superar conflitos quanto às formas de apropriação dos recursos genéticos. Incluem-se, também, os esforços das agências que tentam regular o uso global da água, considerada o “ouro azul” do século XXI.

Deste quadro, emerge a justificação fundamental da proposta de organização e implantação da Rede de Inovação da Biodiversidade da Amazônia. É pela atribuição de valor econômico à floresta que a Amazônia será capaz de competir com as commodities, e isto impõe uma verdadeira revolução científico-tecnológica direcionada para este fim.

Todavia, a utilização da biodiversidade amazônica esbarra na enorme insuficiência do conhecimento científico e tecnológico necessário ao aproveitamento sustentável dos recursos. Embora a sua magnitude corresponda a 20 % da biodiversidade existente no mundo, o conhecimento disponível não passa de 1% do acervo científico mundial das coleções biológicas.

Esta situação deixa exposta a extrema vulnerabilidade da Soberania Brasileira, seja em sua face externa, relativa às relações com outros países ou com as forças financeiras, econômicas, políticas, ambientais e religiosas, no plano global, seja em sua face interna, referente às relações domésticas com os diferentes grupos sociais que constituem a Nação.

O conhecimento sobre a biodiversidade amazônica – muitíssimo limitado – já é suficiente para confirmar a condição da região como maior banco genético do Planeta. Detém uma diversidade genética colossal, dada a estimativa de 1.8 milhão

de espécies distintas de plantas, animais e microorganismos em território brasileiro. Daí o termo megadiversidade.

Concomitantemente ao conhecimento e avaliação deste universo, a proposta da Rede de Inovação da Biodiversidade da Amazônia tem como objetivo primordial a identificação das oportunidades de uso racional e sustentável desta biodiversidade. São diversas as formas de aproveitamento deste recurso de acordo com os usos dos diferentes grupos sociais, destacando-se o extrativismo e a pesca tradicional; a exploração de produtos que agregam valor mediante beneficiamento local, por meio de estruturas produtivas de pequena e média escala; a produção industrializada por empresas locais ou nacionais; e a produção de bens por meio de tecnologias de alta complexidade desenvolvida nos laboratórios das grandes empresas globais.

Interessa para os propósitos da Rede, aproveitar o maior valor estratégico da biodiversidade que, contendo a informação codificada sobre a vida, constitui um manancial para o avanço da fronteira da ciência, especialmente na biotecnologia e na engenharia genética, fontes da farmacêutica global.

Como se pode observar, as perspectivas de uso da biodiversidade amazônica para gerar lucro, trabalho e renda sem destruí-la são reais e factíveis, mesmo com o conhecimento ainda restrito de seu potencial.

Esta é a proposta do documento “Rede de Inovação da Biodiversidade da Amazônia”. Constitui o primeiro passo para transformar a biodiversidade de um potencial do futuro em um primordial ativo, no presente, do desenvolvimento regional sustentável e da afirmação da soberania brasileira da e sobre a Amazônia.

2 – Conceitos

Os fundamentos conceituais do modelo de organização e gestão em rede estão nas teorias e práticas da inovação organizacional. Em contraposição aos modelos tradicionais, enfatiza a cooperação, a interação, a redução das entropias e o funcionamento ou o desenvolvimento das atividades como um sistema aberto e altamente dinâmico.

As redes têm sido entendidas como um dos mecanismos que vem possibilitando uma nova forma de produzir e disseminar o conhecimento, uma vez que apresenta

possibilidades de promover maior engajamento dos envolvidos na execução das pesquisas e em seus resultados.

O documento discute vários aspectos relativos à organização e gestão da pesquisa mediante a estrutura de redes e examina as principais motivações, vantagens e desvantagens da sua aplicação área de CT&I, destacando duas modalidades de redes formais já criadas: as redes de inovação e as redes de conhecimento.

Sua adequação é demonstrada, sobretudo, pelo dinamismo conferido à produção e uso do conhecimento, por propiciar um trabalho integrado e pela ênfase destacada na ação dos atores, abrigando a diversidade e heterogeneidade dos agentes e dos interesses envolvidos que mobilizam os recursos e se interagem fortemente, para o alcance de objetivos comuns.

Atenção especial foi concedida à classificação das redes, com destaque para a descrição de duas tipologias: as redes técnico-científicas e as redes técnico-econômicas.

Assim, para os objetivos deste trabalho, e visando uniformizar conceitos e terminologia, optou-se pela denominação Rede de Inovação para esta proposta de estruturar, na Amazônia, a produção e o aproveitamento do conhecimento com o objetivo de promover o uso racional e sustentável de sua biodiversidade. Esta rede de pesquisa é definida como:

“Um conjunto de atores heterogêneos (laboratórios, grupos de pesquisa, empresas, dentre outros) que, articulados num esforço conjunto, por meio de um acordo ou contrato, desenvolvem atividades sincrônicas ou assíncronas, desempenhando papéis complementares em um espectro que pode se iniciar na pesquisa (multi ou interdisciplinar) e ir até a produção de bens e serviços. Esses atores compartilham conhecimentos, experiências, recursos e habilidades múltiplas, que levam a contribuir para o alcance do objetivo estratégico definido pela rede.”

3 – O Quadro Atual

O quadro atual da pesquisa científica e tecnológica na região Amazônica para subsidiar a Rede de Inovação da Biodiversidade da Amazônia abrange um amplo conjunto de informações encaminhadas por instituições e agências governamentais

da região, colhidas pela *Internet* e pelo trabalho desenvolvido pela Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica - FUCAPI.

Utilizando a classificação das redes em técnico-científicas e técnico-econômicas, o documento contém uma identificação e breve descrição das entidades com têm algum envolvimento com a questão da biodiversidade na Amazônia brasileira.

Assim, como Redes, estão incluídas aquelas que compreendem uma organização da pesquisa científica e tecnológica com foco na temática. Foram arroladas 16 programas/projetos nacionais, entre os quais sobressaem a Rede CTPetro Amazônia; o Programa de Pesquisa em Biodiversidade – PPBio; o Programa REVIZEE e a Rede Genoma Nacional e Regional. Foram incluídos 11 também programas e projetos com a natureza de Redes Técnico-científicas Internacionais.

O levantamento reuniu também informações sobre o conjunto de instrumentos e ações de apoio na formulação e configuração da Rede de conhecimento, com destaque para as coleções biológicas do Inpa, como as coleções botânicas; o Herbário, a Carpoteca, a Xiloteca. As Coleções Zoológicas abrangem as de Peixes; Anfíbios e Répteis, Aves, Invertebrados e Mamíferos. Entre as Coleções Microbiológicas, estão arroladas as de Interesse Médico e de Interesse Agrossilvicultural.

Este vasto panorama do quadro atual da atividades de CT&I, na Amazônia compreende também um mapeamento dos Programas e Projetos relacionados com os estudos sobre a Biodiversidade, destacando-se o Programa Biodiversidade da Amazônia e o Projeto Biota Pará. O primeiro é apresentado com os seus oito componentes e os seus seguintes projetos: Inventário Multi-taxonômico de Caxiuanã; PROBIO – Cachimbo; PROBIO – Marajó; PROBIO – Amapá e o projeto PROBIO - Rio Marmelos, AM

Entre os instrumentos e ações de apoio foram mapeados os Bancos de Dados e especial destaque foi dado ao item dos Portais, como o Portal Inovação e os seus recortes temáticos ou setoriais, dentro do qual se propõe a elaboração do projeto piloto denominado “Rede de Inovação da Biodiversidade da Amazônia”, cuja tecnologia será baseada na aplicação de sistemas de gestão de taxonomia

relacionada à biodiversidade da Amazônia, e de sistemas de gestão do conhecimento das Redes de Inovação na Amazônia.

Como redes técnico-econômicas, entende-se *um conjunto coordenado de atores heterogêneos que participam coletivamente na concepção, desenvolvimento, produção e distribuição de métodos e processos de produção de bens e serviços*. Incluem laboratórios públicos, empresas, organizações financeiras, usuários e governo que contribuem para a produção e distribuição do conhecimento e sua incorporação ao setor produtivo. Nos últimos anos, essas redes vêm contribuindo para a compreensão do enfoque sistêmico do complexo processo de inovação. O documento apresenta alguns exemplos de redes técnico econômicas, em vários segmentos da biodiversidade e com experiências de empresas da Região.

Entretanto, as redes ainda são poucas, dispersas e de abrangência limitada. Predominam as redes de CT&I, é, dentre essas aquelas direcionadas para o conhecimento, sem grande preocupação com sua aplicação imediata. Mesmo aquelas que envolvem o setor produtivo, têm origem e vínculo nas instituições de ensino e CT&I. Ponto crucial é a falta maior interlocução e interação da C&TI com o segmento empresarial, dada a carência de instituições mediadoras entre as instituições de pesquisa e os empresários.

A partir desse diagnóstico sobre a situação atual das redes, programas e projetos existentes na Região Amazônica, com ênfase na Biodiversidade é que se propõe a construção da Rede de Inovação sobre a Biodiversidade da Amazônia e das suas Sub-Redes, conforme tratado com detalhe pelo capítulo 4 do documento.

4 – A Proposta

A proposta de organização e implantação da Rede de Inovação da Biodiversidade da Amazônia está mais orientada para se constituir uma estrutura de gestão e de governança do que para a configuração das atividades de pesquisa, de logística e de produção, que deverão integrar os diferentes segmentos produtivos que fazem uso dos recursos da Biodiversidade.

Neste sentido, a proposta está centrada no tratamento das diferentes Sub-Redes, que deverão ser estruturadas e implantadas para dar conformação a Rede.

Os dois aspectos caracterizadores de uma Sub-Rede é a existência de uma estratégia a ser perseguida e a temática que determinante do seu desenho.

O tema em questão no contexto do presente trabalho é a Biodiversidade existente na Amazônia e as formas racionais e sustentáveis de seu uso. Assim as Sub-Redes necessariamente terão como objeto de trabalho segmentos da Biodiversidade, a exemplo de fitoterápicos, fármacos, polpas de fruta, pescado, dentre outros.

Tomando, por exemplo, o segmento de fitos (recursos de origem da flora), a estruturação de uma Sub-Rede envolve algumas etapas, desde o conhecimento do quadro atual relativo ao que está sendo produzido neste segmento, até a identificação os atores que atuam direta e indiretamente no segmento, seja em nível da pesquisa seja em nível da produção e da comercialização de bens e serviços.

A partir destas informações será possível estabelecer os passos seguintes como: a estratégia a ser definida; os atores que deverão ser mobilizados; os prazos; os recursos necessários; os instrumentos a serem mobilizados e as ações pertinentes no domínio legal e normativo.

A justificação da proposta está apoiada principalmente nas potencialidades do segmento de “Fitos”. A explosão do chamado “mercado verde e produtos naturais”. Sobressaem seis categorias de atividades, pelas quais é possível a geração de valor econômico com a simultânea preservação da biodiversidade (abrangendo os “fitos”): patrimônio natural, ecoturismo, serviços ambientais, agricultura, extrativismo e bioprospecção. Esta última é a exploração da diversidade biológica por recursos genéticos e bioquímicos de valor comercial e que, eventualmente, pode fazer uso do conhecimento de comunidades indígenas ou tradicionais. Diversas atividades econômicas podem ser beneficiadas, tais como agricultura, cosméticos e fitomedicamentos – estes subdivididos em fitofármacos e fitoterápicos.

Os fitofármacos - remédios feitos com princípios ativos retirados de plantas - são também conhecidos como semi-sintéticos porque empregam o princípio ativo que é retirado da planta, isolado e embalado.

O trabalho de identificação de novos produtos para sub-setores como o farmacêutico e cosmético ganhou significativo impulso a partir da etnobioprospecção, método para

identificar e traduzir os usos que as comunidades tradicionais fazem dos recursos biológicos, ou seja, os usos tradicionais de plantas.

Embora sendo o detentor da maior diversidade biológica do planeta, o Brasil ainda não utiliza satisfatoriamente o imenso potencial econômico de sua biodiversidade para aplicações em segmentos industriais. O documento reúne dados que revelam de forma impressionante as perdas que o Brasil e a Região estão sofrendo por este desconhecimento e pela não aproveitamento do potencial dos "Fitos" da Amazônia.

Até o presente, apenas cerca de 3 mil plantas foram identificadas pela medicina popular e só uma pequena parte já passou processos de avaliação técnico-científica para transformação em produtos comercializáveis.

A Amazônia é, comprovadamente, uma fonte biológica inestimável cujos recursos crescem em importância como matéria-prima para atividades que apresentam elevado potencial econômico, especialmente biotecnológicas. Sua utilização abrange, em graus diferenciados, diferentes áreas como: alimentos (incluindo os chamados nutracêuticos); energia; cosméticos; higiene pessoal; os produtos mais sofisticados, com fins terapêuticos (chamados de cosmecêuticos); os fármacos (incluindo os fitoterápicos); além do bionegócio, do agronegócio, etc.

São muitos os aspectos que mostram a potencialidade econômica dos fitos" da Amazônia, cabendo mencionar: o grande apelo de *marketing* no exterior exercido pelos cosméticos naturais com princípios ativos de plantas da Amazônia; a produção de fragrâncias, que são, no geral, destinadas a perfumes de luxo, cosméticos, sabonetes e outros produtos; a produção de aromatizantes, voltados à indústria de bebidas, alimentícia, farmacêutica, higiene e alimento natural.

Um valor intrínseco deste produtos está na parceria com os nativos, podendo resultar em um forte apelo de *marketing*, sobretudo nos mercados internacionais, além de representar barreiras de entrada aos concorrentes.

Todavia, diante da grandiosidade deste potencial, é decepcionante constatar que ela participa com menos de 10% dos insumos empregados pelas próprias empresas da Região Amazônica na produção dos fitofármacos e fitocosméticos. A maioria dos insumos é procedente das Regiões Sul e Sudeste. Até mesmo as espécies amazônicas são beneficiadas naquelas regiões e depois retornam para aplicação no

processo produtivo destas empresas.

Obviamente, o desenvolvimento da Rede vai se deparar com limitações, com destaque para aquelas relacionadas com o marco legal, com os riscos associados à exploração econômica dos “fitos”, a carência da aplicação de CT&I no processo produtivo e as dificuldades de organização das fontes de matéria-prima, entre outras.

Praticamente, todas as etapas da cadeia de fitoterápicos – coleta, identificação, extração, padronização e desenvolvimento de novos produtos – demandam atividades de P&D, com graus variados de complexidade, na maior parte das vezes ainda não desenvolvidas ou com resultados não difundidos.

Entre os problemas a serem enfrentados para assegurar a exploração econômica e sustentável dos recursos de “Fitos” na Amazônia estão, por exemplo, as restrições de informação e de atividades de P&D, as longas distâncias inerentes à dimensão geográfica, precário sistema de transporte e sazonalidade das espécies são alguns dos. Há imensos desafios, mas que são viáveis de superação.

Quanto à Identificação dos atores, infra-estrutura institucional e de apoio das redes, as informações levantadas aparecem com maior robustez no Estado de Amazonas, em Manaus, mas os principais atores institucionais estão também presentes no Pará e Acre. O levantamento também enumera as instituições locais de apoio às atividades de pesquisa, produção e transformação de “fitos”, identificando aquelas que contribuem com recursos financeiros e aquelas aportam recursos materiais e apoio técnico. Também foram destacadas as principais instituições locais de fomento que apóiam com recursos financeiros e com outros meios, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), além de outras Agências e empresas.

Destaque especial é concedido ao tratamento da Sub-Rede de “fitos”, como protótipo para a concepção e constituição das demais diferentes Sub-Redes que comporão a Rede de Inovação da Biodiversidade da Amazônia.

São apresentadas as estratégias para a composição da Sub-Rede de “fitos”, destacando algumas ações consideradas apropriadas ao desenvolvimento de atividades industriais baseadas em recursos de origem em “fitos”. Entre elas as relacionadas com infra-estrutura necessária para ampliar a capacidade produtiva e

com o fortalecimento da atividade industrial e as interfaces dos projetos de P&D entre setor produtivo e instituições de C&T, enfatizando-se a trajetória das tecnologias que podem acelerar a valorização dos “fitos”.

5 – As Condições Operacionais

Neste tópico, o documento trata dos mecanismos e dos procedimentos que serão utilizados para implementar a proposta da Rede, destacando-se quatro principais itens: Governança da Rede; Mecanismo para a composição das Sub-Redes; Fontes de Financiamento; e Logística.

No que respeita à governança da Rede de Inovação sobre a Biodiversidade da Amazônia e das suas Sub-Redes, é salientada a diversidade dos atores que deverão ser mobilizados para que a proposta de uma articulação entre diferentes instituições venha a tornar viável o uso racional e sustentável da biodiversidade. Neste aspecto, enfatiza a necessidade de forte integração de atores institucionais e de efetiva capacidade da estrutura de gestão da Rede mobilizar os instrumentos legais, administrativos e financeiros necessários.

A proposta aponta, como o mais apropriado, o modelo da Organização Social (OS), que por sua estrutura jurídica e entidade de direito privado, favorece a aproximação e integração das atividades da Rede com as regras e os procedimentos do setor privado. O instrumento do Contrato de Gestão para se obter o acesso aos recursos públicos fortalece o alcance das metas e uma governança ágil e eficiente.

No formato de Organização Social, é fundamental que seu Conselho de Administração defina e aprove seus instrumentos constitutivos e normativos com a explicitação dos procedimentos que são decisivos para seu adequado funcionamento, como os critérios para a composição de seu quadro de pessoal; as regras de funcionamento sem as restrições de natureza burocrática; os procedimentos de acompanhamento e avaliação de suas atividades, de forma a tornar explícito para todo seu quadro de pessoal quais as responsabilidades, os deveres e as obrigações de cada um.

Ainda no que diz respeito à configuração da Organização Social como gestora da Rede é recomendável garantir em seu núcleo de criação e gestão a representatividade do conjunto multi-institucional das entidades envolvidas.

Propõe-se também como mecanismo mais apropriado para a constituição da Rede o instrumento do edital, pela forma isenta e competente da sua condução.

Além de garantir uma competição universal na apresentação de propostas de projetos o instrumento do edital tem força mobilizadora que induz as instituições de pesquisa a formatarem propostas de maneira a atender às políticas de interesse comum da Rede.

Recomenda-se garantir a presença de instituições localizadas na Região Amazônica na constituição e operacionalização da Rede de forma a tornar mais endógeno o processo de desenvolvimento da Região. Isso depende do envolvimento de instituições locais e da obrigatoriedade para que a agregação de valor aos recursos da biodiversidade seja feito na Amazônia e não fora dela.

Um item fundamental para a operação da Rede relaciona-se com as Fontes de Financiamento, pois a disponibilidade de recursos financeiros é condição essencial para viabilizar a implantação e a continuidade de programas e projetos de PD&I.

Devido à quase total dependência de recursos públicos para financiar iniciativas e atividades de PD&I, no País, sugere-se identificar meios de compartilhamento do financiamento com a iniciativa privada, mediante fomento à criação de uma cultura de parcerias mais estruturadas entre setor público e o setor privado.

A possibilidade de vinculação dos recursos provindos da arrecadação de tributos como ocorre com o financiamento da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP é uma alternativa que poderia ser também ser explorada.

Por fim, a existência de uma Logística que assegure o adequado suporte é apontada como indispensável para que o projeto da Rede tenha condições de responder ao desafio de dar uma solução adequada para o uso racional e sustentável dos recursos da biodiversidade. Nesta logística estão os cuidados com o marco legal pertinente; as coleções científicas; o suprimento de matérias primas; e rede física de comunicação.

Conclusão

Respondendo aos objetivos que originaram a apresentação da proposta da Rede, o documento enfatiza:

-
- embora sejam factíveis as perspectivas de aproveitamento do potencial da biodiversidade para a promoção do desenvolvimento da Amazônia em bases sustentáveis, até o presente esta possibilidade encontra-se mais no domínio das conjecturas do que no das realizações;
 - apesar de ações incipientes, não se vislumbram avanços concretos no sentido de se dar um valor efetivo aos recursos da sua biodiversidade, pois estas ações têm sido dispersas e descontínuas ainda que direcionadas para a busca de soluções convergentes;
 - o não aproveitamento da biodiversidade, com inovação e sustentação científica, como alternativa para o desenvolvimento da Amazônia, apenas perpetua as formas tradicionais e predatórias de exploração desses recursos, provocando perdas irreversíveis, como a extinção de espécies e a degradação de ecossistemas;
 - para enfrentar esta situação, a proposta da Rede está voltada não propriamente para o domínio das informações sobre a biodiversidade existente na Amazônia, mas para a mobilização das condições e dos instrumentos que possam dar um valor econômico e social a esses recursos, com sustentabilidade quanto a forma com que se dará a sua exploração.
 - aos argumentos contrários à consolidação de uma competência de C&T e de P&D na Região, mediante o aproveitamento da capacidade instalada nas regiões mais desenvolvidas do País, é colocada a questão a respeito do tipo de desenvolvimento e/ou papel que se quer para a Amazônia – a de uma região retardatária dentro de um país retardatário;
 - privilegia-se, então a opção de desenvolvimento mediante processo adequado e racional de uso de sua base de recursos naturais, com equidade social e econômica (competitividade autêntica) e, neste caso, um elemento fundamental é a existência de estrutura consolidada e competente de C&T e de P&D.
 - a proposta de organização e implantação da Rede de Inovação da Biodiversidade da Amazônia consiste, na sua essência em uma estratégia capaz de dar uma resposta definitiva à discussão de como promover o aproveitamento econômico da biodiversidade da Região, de forma sustentável, harmônica com a preservação dos ecossistemas e em sintonia com os anseios e anseios e disposições da sociedade da

Amazônia, com os interesses nacionais, ambientais e da população que habita esta vasta região.